



Bancários e integrantes de diversas categorias profissionais mantêm há anos grande mobilização contra o projeto de lei 4330/2004 que legaliza a terceirização fraudulenta no Brasil.

O texto-base do PL foi aprovado em oito de abril pela Câmara dos Deputados, em meio a protestos de milhares de trabalhadores em Bra-



sília e em vários estados. Foram 324 votos a favor, vindos de parlamentares do PMDB, PSDB, PDT, PSB, PPS, PV, PSD, DEM, PRB, PR, PHS, PSC, PP, Pros, PTN, PTB e Solidariedade. Contra o projeto de lei e a favor dos direitos dos trabalhadores foram 137 votos, do PT, PCdoB e PSOL.

A aprovação causou reação imediata de diversos segmentos da sociedade. Além de centrais sindicais, como a CUT, magistrados, estudantes, e movimentos sociais ampliaram os protestos contra o projeto, que autoriza a terceirização para todos os setores das empresas, inclusive na atividade-fim.

Em quinze de abril foi realizado Dia Nacional de Luta contra a Terceirização. Diversas categorias foram às ruas para demonstrar sua insatisfação com a medida tomada pela Câmara dos Deputados. O Sindicato promoveu paralisações em importantes centros administrativos do Itaú, do Santander, do Banco do Brasil, da Caixa Federal

e do Bradesco. Também produziu Folha Bancária detalhando todos os malefícios do PL 4330, na qual também constam fotos e e-mails dos parlamentares que votaram a favor da terceirização.

Em 22 de abril, em meio a novos protestos dos trabalhadores, a Câmara dos Deputados aprovou uma emenda aglutinativa apresentada pelo relator Arthur Maia, Solidariedade/BA, que manteve o ponto mais nocivo do PL, o que autoriza a terceirização de todas as etapas dos processos produtivos de uma empresa, inclusive a atividade-fim. Dessa vez, no entanto, fruto da pressão de diversos segmentos da sociedade, o placar foi bem mais

apertado com 230 votos a favor do PL e 203 pela manutenção dos direitos dos trabalhadores.

Entre os pontos aprovados até mesmo a quota para contratação de PCDs foi comprometida. Pela emenda do deputado Darcísio Perondi, PMDB-RS, a contabilização da quota levará em consideração a soma de empregados contratados diretamente pela empresa e terceirizados. Atualmente é levado em consideração o número de empregados de cada empresa e a partir daí destinam-se as vagas. Ou seja, haverá redução na oferta de vagas às pessoas com deficiência.

Como o projeto ainda será enviado ao Senado, a orientação é que to-

dos participem dessa luta enviando mensagens aos parlamentares pelos seguintes links *www.senado.gov.br/senadores* e *www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas*

RISCOS DA TERCEIRIZAÇÃO IRRESTRITA

A realidade enfrentada por quem já trabalha para empresas terceirizadas dá o retrato fiel dos prejuízos que terão todos os trabalhadores caso o PL não seja derubado: salários menores, jornada maior, exposição a acidentes no tra-



balho, entre outros malefícios.

Atualmente os terceirizados ganham salários 25 por cento menores do que os empregados diretos. Nas instituições financeiras os terceirizados ganham 70 por cento menos que os bancários.

Os terceirizados trabalham em média três horas a mais por semana que os contratados diretos.



Se a jornada fosse igual à de um funcionário direto, estima-se que seriam criados 900 mil postos de trabalho no país.

Já o número de acidentes de trabalho e mortes entre terceirizados é bem maior que entre os trabalhadores diretos. Só no setor elétrico, por exemplo, o número de óbitos entre terceirizados é 3,4 vezes maior em relação aos contratados diretamente pelas empresas.

CONADE É CONTRA

O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Conade, divulgou nota, na qual se posiciona contrário ao PL da Terceirização.

Entre as argumentações do conselho destaca-se o fato de o projeto violar o direito constitucional ao pleno emprego e em igualdade com os demais trabalhadores. Além disso enfatiza que se a terceirização for legalizada conforme o PL, as PCDs terão ainda mais dificuldades em conseguir emprego e terão de enfrentar situações adversas no ambiente de trabalho no que se refere a equipamentos e mobiliário, muitas vezes, inadequados. Até mesmo a aposentadoria especial por tempo de contribuição será difícil de ser atingida, uma vez que será mais raro conseguir registro na Carteira de Trabalho.

Cadastre-se pelo *www.spbancarios.com.br/servicos/email.aspx* e receba notícias do Sindicato.

NÃO FIQUE SÓ, FIQUE SÓCIO

sindicalize-se







**Sindicato dos Bancários e Financieiros
de São Paulo, Osasco e Região** **EUT**

www.spbancarios.com.br



Impresso por Gráfica Braille Civiam

Tel.: (11) 3884-2423 www.civiam.com.br

Publicação do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região. Telefone 3188-5200. Presidenta Juvandia Moreira; Secretária de Imprensa Marta Soares. Produção: Secretaria de Imprensa e Comunicação. Edição: Jair Rosa. Design: Linton Publio.